



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## O ciclo de expansão do ensino federal e os impactos urbanos em cidades cearenses não-metropolitanas<sup>1</sup>

Rérisson Máximo  
IFCE

### Sessão Temática 2: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

*Resumo. O ciclo de expansão do ensino federal que caracteriza as políticas educacionais implementadas em nível nacional a partir da virada do século XXI é caracterizado por um duplo processo de democratização e de interiorização. Essa expansão possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino. Ao mesmo tempo, ela também gerou impactos significativos, principalmente, para municípios de pequeno e médio portes, devido a implantação de complexos educacionais que interferiram na dinâmica e na estrutura intraurbana dessas cidades. Este texto busca analisar aspectos sobre a dimensão territorial do processo de expansão do ensino federal em cidades cearenses não metropolitanas. Como recursos metodológicos foram adotados a revisão de literatura sobre o processo de expansão do ensino federal, a análise de documentos oficiais, a realização de trabalhos de campo e de estudos exploratórios em municípios selecionados como estudos de caso. Dentre os impactos urbanos observados, destacamos as alterações na legislação urbanística, os conflitos fundiários e o incremento da demanda por mobilidade urbana decorrentes da implantação periférica dos novos campi; e o incremento ou a dinamização do setor imobiliário local por meio da procura por terrenos em loteamentos ou condomínios e por imóveis residenciais para locação.*

*Palavras-chave: universidades federais; institutos federais; educação; cidades; impactos urbanos.*

### The expansion of federal education and its urban impacts in non-metropolitan cities in Ceará State

*Abstract. The expansion cycle of federal education characterizes education policy at the national level since the turn of the 21st century. It is characterized by a double process of democratization and interiorization. This expansion allowed the public sector to regain its role in meeting the demand for these types of education. At the same time, it has also had significant repercussions, especially for small and medium-sized municipalities, through the establishment of educational complexes that have intervened in the dynamics and inner-city structure of these cities. This text analyzes aspects of the territorial dimension of the federal educational expansion process in non-metropolitan cities in Ceará. The methodological tools used were the literature review on the federal educational expansion process, the analysis of official documents, the conduct of field research and exploratory studies in municipalities selected as case studies. The observed impacts on cities include changes in urban legislation, land conflicts, and the increasing demand*

<sup>1</sup> A pesquisa que fundamentou este texto contou com recursos da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Instituto Federal do Ceará.

for urban mobility resulting from the establishment of new universities in the periphery, as well as the growth or dynamization of the local real estate sector through the search for land for plots or condominiums and for rental housing.

---

*Keywords: federal universities; federal institutes; education; cities; urban impacts.*

## **Expansión de la educación federal e impactos urbanos en ciudades no metropolitanas de Ceará**

**Resumen.** *El ciclo de expansión de la educación federal que caracteriza las políticas educativas implementadas a nivel nacional desde el inicio del siglo XXI se caracteriza por un doble proceso de democratización e interiorización. Esta expansión permitió que el sector público recuperara cierto papel en la atención de la demanda de este tipo de educación. Al mismo tiempo, también generó impactos significativos, principalmente para los municipios pequeños y medianos, debido a la implementación de complejos educativos que interfirieron en la dinámica y estructura intraurbana de estas ciudades. Este texto busca analizar aspectos de la dimensión territorial del proceso de expansión de la educación federal en ciudades no metropolitanas de Ceará. Como recursos metodológicos se adoptó la revisión bibliográfica sobre el proceso de expansión de la educación federal, el análisis de documentos oficiales, la realización de trabajos de campo y estudios exploratorios en municipios seleccionados como casos de estudio. Entre los impactos urbanísticos observados, destacamos los cambios en la legislación urbanística, los conflictos de suelo y el aumento de la demanda de movilidad urbana producto de la implantación periférica de nuevos campus; y el incremento o dinamización del sector inmobiliario local a través de la búsqueda de terrenos en fraccionamientos o condominios y de propiedades residenciales para arrendamiento.*

*Palabras clave: universidades federales; institutos federales; educación; ciudades; impactos urbanos.*

### **1. Introdução**

O ciclo de expansão do ensino federal que caracteriza as políticas educacionais implementadas em nível nacional a partir da virada do século XXI é caracterizado por um duplo processo de democratização e de interiorização. O ingresso e a permanência em universidades e institutos federais se tornaram, em certos aspectos, mais democráticos com a ampliação de vagas, a implementação de cotas sociais e raciais e o fortalecimento das ações de assistência estudantil. Ocorreu ainda a interiorização do ensino superior, técnico e tecnológico com a construção e o funcionamento de novos *campi* federais, sobretudo em cidades não-metropolitanas de pequeno e médio portes ao longo do território nacional.

Os dois principais marcos desse ciclo de expansão são o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De maneira conjunta, mas não necessariamente integrada, essas ações permitiram a expansão e a interiorização do ensino federal através de universidades e de institutos federais. Esse movimento expansionista possibilitou ao setor público recuperar certo protagonismo no atendimento da demanda por aquelas modalidades de ensino no Brasil, ainda que tenha havido um incremento mais significativo do ensino superior privado no mesmo período. Esse ciclo também ocasionou impactos territoriais nas cidades.

Associado à instalação de novos complexos educacionais dos mais diversos portes e localizados, principalmente, em municípios de pequeno e médio portes, são observados impactos urbanos. Dentre esses impactos, podemos destacar o aumento da demanda por mobilidade urbana, o incremento do mercado imobiliário local, o aumento do comércio e dos serviços locais com atividades voltadas a esse novo público; e ainda conflitos e mudanças associados à legislação e ao planejamento urbano.

Considerando o quadro anterior, e lançando o olhar sobre o ciclo de expansão do ensino federal, este texto apresenta e discute aspectos introdutórios sobre os impactos urbanos decorrentes ou associados ao processo de expansão do ensino federal em municípios cearenses não-metropolitanos. Constata-se, a partir de evidências empíricas, que a implantação de novos *campi* está associada, para além de um maior dinamismo econômico, a impactos na estrutura intraurbana destas cidades. Assim, buscou-se contribuir no debate sobre essa expansão do ensino federal, inserindo o componente territorial nas análises sobre esse fenômeno, analisando os efeitos que a expansão do ensino federal causou nas cidades e nas regiões beneficiadas com essas ações.

Como recursos metodológicos principais, adotou-se a pesquisa bibliográfica e a revisão sistemática de literatura, buscando identificar os estudos e os estudiosos que tem se dedicado a analisar a expansão e a interiorização do ensino federal com ênfase nos impactos urbanos decorrentes desse (ou associados a esse) processo. Também foi realizada pesquisa documental, sendo coletados e sistematizados relatórios e outras publicações institucionais que tratam da expansão de universidades decorrentes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e de institutos através da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foi realizada ainda a coleta e sistematização de dados secundários sobre as instituições federais de ensino, junto às próprias instituições através da Lei de Acesso à Informação; e ainda de dados secundários, principalmente bases de dados censitárias. Foram realizados trabalhos de campo de caráter exploratório em cidades cearenses, escolhidas como estudos de caso, como forma de exemplificar ou enfatizar processos descritos como possíveis de serem observados em outras cidades impactadas com a expansão do ensino federal.

O texto está dividido em quatro partes principais, além desta introdução e das referências indicadas ao final. Intitulada “A expansão do ensino federal”, a primeira parte apresenta aspectos gerais que descrevem e caracterizam o ciclo de expansão do ensino federal no Brasil e no Ceará. A segunda parte, intitulada “O urbano e a expansão do ensino federal”, apresenta uma breve discussão sobre como estudos e estudiosos tem tratado do tema, buscando levantar lacunas e formulações que ajudem nas análises realizadas sobre os impactos urbanos desse ciclo de expansão. A terceira parte intitulada “Impactos urbanos da expansão do ensino federal: resultados preliminares” discute de maneira mais aproximada alguns dos impactos que a implantação e o funcionamento desses novos *campi* causam na estrutura e na dinâmica intraurbana de cidades cearenses não-metropolitanas. Por fim, são apresentadas “Algumas considerações finais” sobre os impactos urbanos decorrentes do ciclo de expansão do ensino federal ensino federal.

## 2. A expansão do ensino federal

Ao longo da história, o ingresso nas instituições federais de ensino aconteceu de forma restrita, com a ocorrência de significativos recortes territoriais e de renda que dificultaram ou impediram o acesso ao ensino técnico e superior por grande parte da população brasileira. Esse fenômeno poderia ser explicado, dentre outras razões, “[...] pela implantação tardia de cursos superiores no país, mas também pela natureza e abrangência das políticas e ações voltadas à reversão ou mitigação desta situação” (CORBUCCI, 2014, p. 7). A análise de dados demográficos e censitários reforçam essa limitação. Dados do Censo Demográfico de 2000 indicaram que menos de 7% da população brasileira com idade igual ou superior a 25 anos possuía ensino superior (IBGE, 2000), percentual que foi elevado para com 12% segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010)<sup>1</sup>. Quando observado o acesso ao ensino técnico e tecnológico, percebe-se cenário semelhante, predominantemente restritivo, ainda que as ações tenham contribuído para alterar esse cenário.

Estudos apontam que ocorre alta correlação entre melhores condições socioeconômicas e acesso ao ensino superior (SENKEVICS, 2021). Dados levantados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) indicavam que 41% dos estudantes em universidades federais era oriundos de famílias com renda bruta inferior a três

salários mínimos (ANDIFES, 2011), valores que são ainda maiores nas regiões Norte e Nordeste. O Censo Demográfico de 2010 indicou que 56% de famílias brasileiras possuíam renda inferior a 3 salários mínimos (IBGE, 2010), denotando superioridade do indicador de renda bruta familiar dos estudantes universitários em relação ao universo populacional brasileiro.

O acesso restrito ao ensino federal também possui dimensão territorial. Pelo menos até o começo do século XXI universidades e escolas técnicas federais foram implantadas, sobretudo, em capitais, regiões metropolitanas e grandes centros regionais, justamente aqueles lugares com maior dinamismo econômico<sup>2</sup>. Isso implicou numa concentração regional das instituições federais de ensino. Uma análise sobre os números de *campi* de instituições federais de ensino reforça esse argumento. Antes de 2003 existiam apenas 140 *campi* de escolas técnicas federais e 148 *campi* de universidades federais, localizados em 184 dos mais de 5507 municípios existentes naquele momento<sup>3</sup>. Esses números demonstra o caráter restritivo do acesso à formação superior e à qualificação profissional. Diante destas condições, o acesso era menos limitado para camadas sociais de maior renda de municípios não-metropolitanos, grupo social possuidor de maiores condições de deslocamento para outras cidades onde a maior parte dos *campi* de universidades e escolas técnicas federais foram implantados até então.

Esse cenário restritivo sofreu mudanças a partir da primeira década deste século, resultado direto de políticas públicas no setor educacional implantadas pelo governo federal. Ocorreram mudanças no âmbito da educação superior e também no ensino técnico e tecnológico. Essas mudanças estiveram associadas aos processos de democratização e interiorização que caracterizam o ciclo de expansão do ensino federal. Durante os dois governos Lula (2003-2011) foram implementadas políticas e programas que tenderam a continuidades em relação às ações de reestruturação da educação empreendida no governo anterior – como o Programa Universidade para Todos (ProUni), de 2005; e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de 2010; e outros que tenderam a inovações.

Dentre esses se destacam a Universidade Aberta do Brasil (UAB), de 2006; a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), de 2007; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), ambos de 2007; o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de 2010; e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de 2011. Neste texto, abordaremos a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, exatamente as duas ações estatais diretamente associadas a implantação de novos *campi* e, por isso, que tem impacto direto no espaço urbano.

### *2.1 Expansão do ensino federal superior*

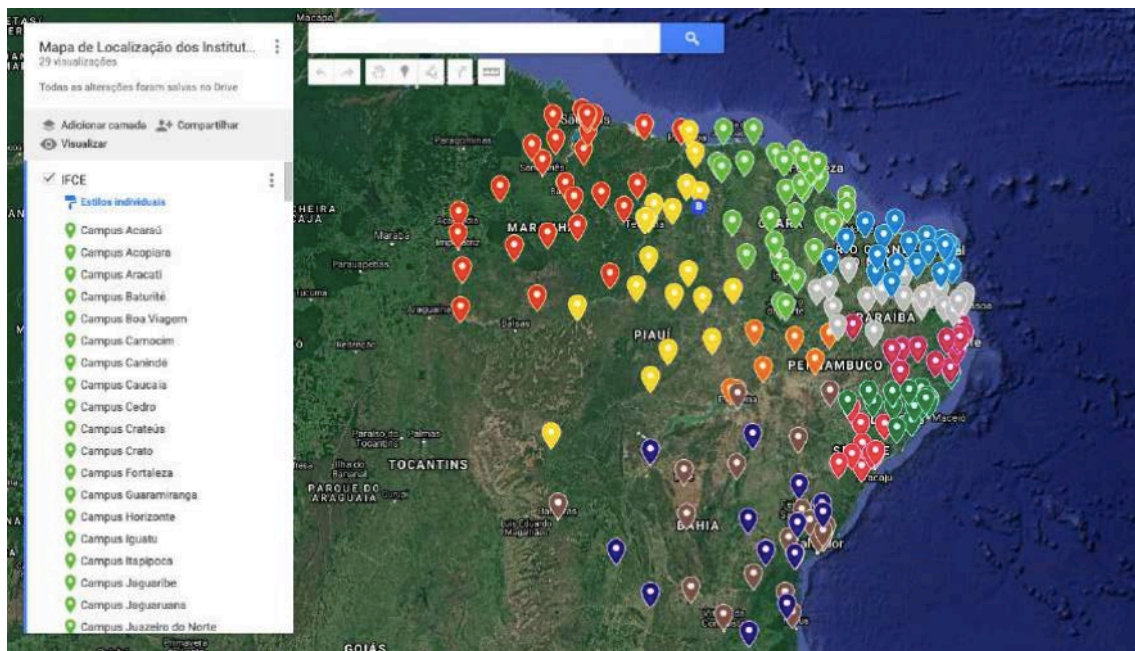
O principal marco do ciclo de expansão da educação superior no Brasil é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Ele foi instituído em 2007 e buscou ampliar e interiorizar as universidades públicas federais, atendendo às metas, aos objetivos e aos princípios contidos no Plano Nacional de Educação formulado para o decênio 2001-2010<sup>4</sup> (BRASIL, 2001). O Reuni foi uma das principais políticas públicas voltadas para o ensino superior no período e sua implantação foi permeada de controvérsias e debates. Por um lado, alegava-se que ele ocasionaria a precarização do trabalho docente e a mercantilização do ensino. Por outro, argumentava-se que o programa proporcionaria a interiorização e a democratização do acesso e levaria o setor público a recuperar o protagonismo no atendimento da demanda pelo ensino superior no país (MOTA SOBRINHO, 2016).



Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Os IFs seriam instituições com estrutura diferenciada, verticalizada, de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

De acordo com Pacheco (2010, p. 17), o modelo institucional da RFEPCT corresponderia a uma política pública comprometida com “[...] o desenvolvimento científico e tecnológico associado ao desenvolvimento econômico, político e social numa perspectiva progressista”. O plano de consolidação e ampliação da rede tinha como uma de suas diretrizes o desenvolvimento local e regional. Para Pacheco (2010, p.14) o papel dos Institutos Federais era “[...] garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil”. A expansão de RFEPCT tem cumprido importante função na ampliação do acesso à escolarização em nível profissionalizante, técnico e tecnológico, mas também no ensino superior, seguindo a obrigatoriedade imposta pelos documentos institucionais que regulamentam o funcionamento dos IFs.

Inicialmente foram criados 38 Institutos Federais, a partir da adesão de 75 instituições, dentre todas as 102 que poderiam optar, num processo que aglutinou *campi* e instituições em Institutos Federais. Eles foram compostos inicialmente por todas as 36 Escolas Agrotécnicas Federais, por 31 dos 33 Centros Federais de Educação Tecnológica em funcionamento e por 8 das 32 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. Além destas unidades, a Rede Federal é formada ainda por instituições federais que não aderiram ao formato de IFs, mas que também oferecem educação profissional em diferentes níveis. São dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 25 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica Federal.



**Figura 2.** Mapa de localização dos *campi* de Institutos Federais na região Nordeste (Fonte: elaborado pelo autor sobre base cartográfica do Google Maps).

Foi elaborado um Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi dividido em três fases: Fase 1, de 2005 a 2007; Fase 2, de 2007 a 2010; e Fase 3, de 2011 a 2014. Na primeira fase estava prevista a implantação de 64 novos *campi* de IFs. A estratégia seria implantar essa modalidade de ensino nos estados ainda desprovidos daquelas instituições, além da instalação de unidades localizadas em periferias de grandes centros urbanos e em municípios distantes das capitais e dos centros urbanos mais ricos (BRASIL, 2007). Esses critérios denotam que havia, na expansão da rede federal, a utilização de estratégias de localização considerado aspectos territoriais. (BRASIL, 2007).

A segunda fase tinha como lema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” e previa a instalação de 150 novas unidades de. Conforme dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), a definição das cidades-polo que receberiam *campus* de IF se daria a partir de critérios como a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, cobertura do maior número possível de mesorregiões, sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e aproveitamento de infraestruturas físicas existente. Em 2011 foi anunciada a terceira fase que implantação, nesse mesmo, de 86 novos *campi* de IFs logo e indicava a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do Plano Nacional de Educação que estava em elaboração<sup>7</sup>, levaria a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da segunda década do século XXI (BRASIL, 2011).

A utilização de parâmetros técnicos em detrimento de critérios políticos – ao menos em um momento inicial - para a definição dos municípios onde deveriam ser instaladas as novas unidades foi um aspecto importante e inovador na execução desse plano de expansão (PACHECO, PEREIRA e DOMINGOS SOBRINHO, 2010). Por se pautar em objetivos bem definidos como a elevação da oferta de matrículas, a interiorização da rede, a implantação de instituições em locais antes não beneficiados; essa expansão demandou metodologia que pudessem contribuir para identificar as mesorregiões e cidades-polo que receberiam novos *campi*. Foram utilizados estudos e dados estatísticos de instituições importantes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O resultado é a tendência de interiorização dos Institutos Federais. Até 2012 cerca de 85% dos *campi* dos IFs estavam localizados fora das capitais (TCU, 2012). Outro dado reforça essa constatação é que, dos mais de 300 *campi* existentes naquele ano, 176 estavam localizados em municípios com menos de 50 mil habitantes e, destes, 45 em municípios com população inferior a 20 mil moradores. A expansão da RFEPT teve duas direções principais: ampliação do número de vagas e infraestrutura das escolas pré-existentes com a construção de novos *campi* nas regiões metropolitanas, de modo a fazer frente ao dinamismo econômico dessas regiões; mas também a interiorização dos IFs, buscando ocupar lugares de maior carência socioeconômica (TCU, 2012). A Figura 2 mostra a distribuição territorial dos *campi* de institutos federais na região Nordeste.

### 2.3. A expansão do ensino federal no Ceará

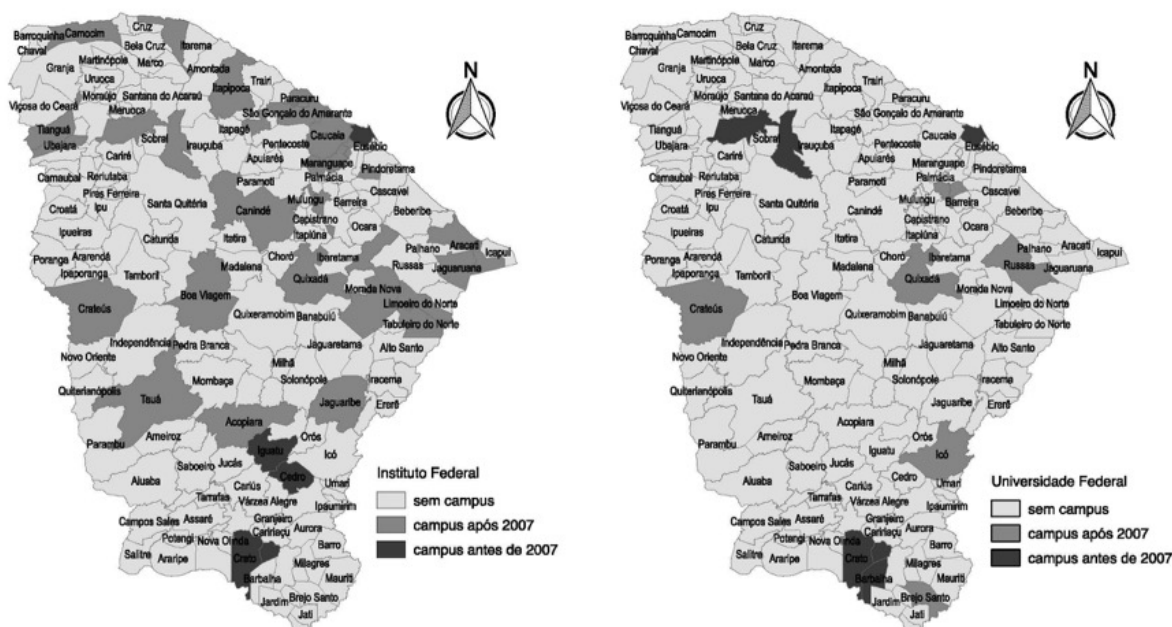
No estado do Ceará é possível observar a materialização do processo de expansão do ensino federal descrito anteriormente. Se até o começo do século XXI o ensino federal estava presente em apenas em sete municípios do estado, essa realidade se altera consideravelmente nos anos seguintes, com um incremento significativo no número de complexos educacionais espalhados pelo interior do estado. Antes do ciclo de expansão do ensino federal, existiam em território cearense apenas cinco *campi* da Universidade Federal do Ceará – sendo três deles estavam localizados na em Fortaleza -, três *campi* da então Escola Técnica Federal do Ceará e dois *campi* de Escolas Agrótécnicas Federais.

A partir de 2007, quando se inicia a implantação de novos complexos educacionais de universidades e institutos federais pelo país, foram construídos 39 novos *campi* em 34 municípios cearense, dos quais 31 passaram a contar pela primeira vez com um complexo educacional de ensino federal. Desse total de novos *campi*, 22 ficam em municípios com mais de 50 mil habitantes, sendo que 16 foram implantados em municípios não-metropolitanos, recorte territorial das análises aqui realizadas. Atualmente o ensino federal está presente em 38 cidades, o que representa 1/5 dos municípios cearenses, com um total de 49 *campi* das 4 instituições federais de ensino presentes no estado: a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Cariri (UFCA), a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e o Instituto Federal do Ceará (IFCE).

No que se refere ao ensino superior, o ciclo de expansão do ensino federal no Ceará pode ser classificado em três processos sobrepostos e convergentes. Houve a implantação de novos *campi* - Quixadá, Russas e Crateús - relacionados à expansão da Universidade Federal do Ceará, instituição de ensino superior já existente antes do ciclo de expansão. Ocorreu também a implantação de novos *campi* de uma nova universidade federal, a Unilab, nos municípios limítrofes de Redenção e Acarape. Ocorreu ainda a implantação de *campi* criados a partir do desmembramento de outros pertencentes a uma universidade já existente, aos quais foram adicionados outros *campi* em cidades próximas e passaram a compor uma nova instituição, a Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Com o Reuni, foram construídos 11 novos *campi* de universidades federais em território cearense: três da UFC, três da Unilab e cinco da UFCA. Isso permitiu uma significativa interiorização do ensino superior federal, já que até o começo deste século a UFC era a única instituição federal de ensino superior e possuía *campi* apenas na capital. Com aqueles novos *campi*, as universidades federais passaram a estar presentes em oito das 14 atuais macrorregiões estaduais, e em nove das 33 microrregiões cearenses definidas pelo IBGE. Atualmente, o ensino superior federal está presente em 12 dos 184 municípios cearenses. Do total de 14 *campi* universitários, 11 estão localizados em cidades com mais de 50 mil habitantes e apenas quatro foram implantados em cidades não-metropolitanas, o que de alguma maneira

No que se refere ao ensino profissional, técnico e tecnológico, também é possível perceber o ciclo de expansão do ensino federal no Ceará. Até 2003, o estado possuía apenas cinco *campi* de instituições federais de ensino técnico. Com sede em Fortaleza, o Centro Federal de Educação Tecnológico do Ceará (CEFET-CE), que havia sido instituído ainda em meados dos anos 1990 a partir da antiga Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), possuía também unidades em Juazeiro do Norte e Cedro que, somadas às Escolas Agrotécnicas do Crato e de Iguatu, constituíam as unidades de ensino técnico federal no estado. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), aglutinando todas essas instituições, foi criado em 2008 e constitui o do processo de expansão do ensino técnico e tecnológico rumo ao interior do estado.



**Figura 3 -** Localização dos *campi* federais no Ceará (Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIMEC/MEC).

Seguindo a estratégia adotada no processo de expansão da RFEPC de abranger todas as mesorregiões brasileiras com no mínimo um *campus*, o IFCE elevou a sua capilaridade, acompanhando as três fases de expansão dos Institutos Federais. O IFCE nasceu com nove



*campi*: além dos cinco já citados, foram implantados os *campi* de Quixadá, Maracanaú, Sobral e Limoeiro do Norte. Essa constitui a fase inicial de implantação e expansão do IFCE para outros municípios. Com a segunda fase, que decorre até o ano de 2010, foram implementadas mais 12 unidades e o IFCE passou a contar com 21 *campi*. A fase 3 da expansão, entre 2014 até 2016, mas que ainda ocorre atualmente, ampliou esse quantitativo para 34 *campi*. A distribuição atual dos *campi* do IFCE pode ser vista na Figura 3.

Até o começo do século XXI, apenas cinco municípios localizados em duas macrorregiões do estado possuíam *campus* de instituição federal de ensino técnico. Com a criação do IFCE em 2008, o número de *campi* foi ampliado para nove e essa modalidade de ensino passou a estar disponível para a população de sete das oito macrorregiões que existiam naquele momento. A partir da segunda década do século XXI, o Instituto Federal do Ceará passou a estar presente em todas as macrorregiões estaduais. Situação semelhante ocorre se observados a distribuição histórica dos *campi* pelas microrregiões estaduais. Atualmente, o IFCE possui 36 *campi* que estão localizados em 32 municípios. A maior parte dos novos *campi*, implantados a partir de 2008 com a criação do IFCE se localizam em municípios com mais de 50 mil habitantes. Do total de 29 novos complexos educacionais implantados a partir de 2008, 20 deles se localizam em municípios com população superior a 50 mil habitantes, reforçando que a localização dos novos *campi* seguiu, de maneira geral, uma das diretrizes de expansão da rede.

### 3. O urbano e a expansão do ensino federal

Estudos e estudiosos apontam que a instalação e o funcionamento de um *campus* universitário em uma cidade alteram suas dinâmicas nas escalas intraurbana e também regional, notadamente quando isso ocorre em municípios de pequeno e médio portes. Por isso, torna-se importante compreender o papel das universidades enquanto agentes de estruturação urbana, seja pelo volume de recursos financeiros movimentados em decorrência das atividades econômicas associadas às atividades do complexo educacional, seja pelas modificações nas dinâmicas intraurbanas e também no cotidiano da população (BAUMGARTNER, 2012). Em muitos casos, a criação de cidades universitárias ou de *campi* em setores periféricos resulta na expansão da própria cidade, com o complexo educacional atuando como eixo ou vetor de crescimento e adensamento populacional.

Se nas grandes cidades, as universidades geram maior impacto urbano em setores ou bairros específicos, em centros urbanos menores os *campi* universitários impactam a cidade e a própria rede urbana em que ela está inserida, demandando estratégias de planejamento e gestão urbanas (BAUMGARTNER, 2015). O ciclo de expansão do ensino federal ocorreu justamente com a interiorização, onde 90% dos *campi* das novas universidades foram implantados em cidades de pequeno porte, com menos de 100 mil habitantes, no interior dos estados e grande parte distante mais de 300 quilômetros das capitais (MEDINA, 2019). Holanda e Freire (2021, p. 40557) argumentam que “[...] a interiorização do ensino superior é um elemento importante que altera e redefine a dinâmica dos lugares”. É por conta desses impactos que a instalação de novos *campi* universitários deveria seguir estratégias de promoção do desenvolvimento urbano e regional.

Baumgartner (2015) aponta que a criação e instalação de universidades, em geral, também têm como justificativa a promoção do desenvolvimento econômico, urbano e regional, para além aspectos inerentes às próprias políticas educacionais. O autor afirma que nas cidades contempladas com algum *campus* de universidade ou instituto federal, as novas instituições educacionais além de contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural, acabam por se constituir como agentes econômicos e políticos e, conseqüentemente, com participação ativa no processo de produção do espaço urbano. Ele destaca que, cidades de pequeno e médio portes, algumas instituições federais de ensino são os maiores empregadores locais e possuem orçamentos maiores que do próprio município (BAUMGARTNER, 2015).

Alguns estudos apontam que a implantação de um *campus* pode impactar a dinâmica intraurbana da cidade provocando alterações no (e conflitos de) uso e ocupação do solo e atraindo investimentos do setor imobiliário local associados à construção de novas edificações para locação e à implantação de novos loteamentos e condomínios residenciais (PINHEIRO, 2018). De fato, os complexos educacionais podem impactar, direta e indiretamente, no setor imobiliário local. Eles inicialmente demandam novas áreas para a instalação ou expansão dos *campi* e ainda interferem na dinâmica imobiliária no seu entorno ou nos eixos viários que os ligam aos centros urbanos. De maneira indireta, os novos *campi* interferem na necessidade de moradia, de transporte e de serviços por parte da comunidade acadêmica, aumentando a demanda por estes serviços.

Diversos trabalhos tem sido elaborados no sentido de analisar os impactos territoriais decorrentes da interiorização do ensino federal. De maneira geral, é possível identificar duas grandes vertentes, ainda que isso não permita classificar de forma rígida cada uma destas produções. Uma delas se dedica a compreender transformações na escala intraurbana a partir da instalação e funcionamento de *campi* universitários federais. Uma outra vertente, mais numerosa, analisa os impactos da interiorização e da construção de novos *campi* de institutos e universidades federais nas economias dos municípios-sede a partir da escala regional ou interurbana, considerando a rede de cidades (FAVERI; PETTERINI; BARBOSA, 2018; GONÇALVES, 2018; GOUVEIA, 2016). Nessa vertente, existe trabalhos que analisam a mobilidade espacial de estudantes entre as cidades (SOARES; LOBO; MENESES, 2021) e que discutem o papel dos novos *campi*, em especial de Institutos Federais, como redutores das desigualdade e assimetrias regionais (SILVA; SILVA, 2018; FERREIRA; ANDRADE; SOUZA, 2018; MACEDO, 2017; SILVA NETO; PASSOS, 2015; PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010).

Oliveira Júnior (2014) indica que universidades se constituem enquanto vetores de desenvolvimento regional. Souza et al. (2014) apontam a ocorrência de correlação positiva entre o acesso ao ensino superior e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Caldarelli, Camara e Perdigão (2015) destacam a geração de emprego e renda como associada à implantação de *campi* universitários e a importância da interiorização para o desenvolvimento local das regiões impactadas, os municípios mais pobres. Stroparo e Miguel (2017), analisando cidades do interior paranaense, indicam aquelas que receberam *campus* de universidade se converteram em polos regionais de desenvolvimento.

Na escala intraurbana os estudos são mais escassos e relatam modificações urbanísticas em decorrência da implantação destes equipamentos. Baumgartner (2015), ao analisar os impactos ocorridos em cidades médias e pequenas a partir da expansão do ensino federal na Bahia, destaca que a instauração e a expansão das universidades têm alterado significativamente “[...] a estrutura urbana (conteúdo) e a própria morfologia das cidades (forma) que recebem esses novos *campi*”, o que pode resultar em impactos econômico, político e cultural. A partir de uma análise que teve como foco a atuação de promotores imobiliários, Paula e Faria (2020) descreveram como a expansão da Universidade Federal de Viçosa se constituiu um agente norteador na atuação do mercado imobiliário local, gerando nova demanda por imóveis e serviços comerciais na zona central. Máximo (2021), por sua vez, estudando cidades cearense e os impactos urbanos decorrentes do ciclo de expansão do ensino federal, identifica a flexibilização da legislação urbanística de forma a inserir os *campi* periféricos na área urbana, a dinamização do setor imobiliário local associado à implantação de institutos e universidades federais

#### **4. Impactos urbanos da expansão do ensino federal: resultados preliminares**

Conforme indicado pela literatura, para além do significativo impacto no acesso ao ensino, o ciclo de expansão do ensino federal – materializado na implantação dos novos complexos educacionais em cidades cearenses não metropolitanas – trouxe inúmeros impactos nas cidades que receberam algum *campus* de instituto ou de universidade federal. Esses impactos ocorrem na escala intraurbana e regional e têm sido observados e analisados nos estudos empíricos realizados em algumas das cidades que passaram a contar com um *campus* de universidade ou instituto federal

(MÁXIMO, 2021). Apresentamos a seguir alguns dos processos associados a implantação dos novos complexos educacionais que interferiram na dinâmica e na estrutura intraurbana daquelas cidades: a implantação periférica dos novos *campi* – associada à flexibilização da legislação urbanística e ao aumento da demanda por mobilidade urbana – e a dinamização do mercado imobiliário local<sup>8</sup>.

#### 4.1 A implantação periférica dos novos *campi*

A implantação de novos *campi* de instituições federais de ensino durante o ciclo de expansão do ensino federal segue, em geral, uma estratégia comum quanto à sua localização no território. Apesar de ocorrerem variações quanto à origem do terreno ou da edificação - que passaram a ser ocupados pelos novos complexos educacionais - ou quanto ao porte dos *campi*, predomina a localização em trechos urbanos periféricos ou até mesmo em áreas consideradas, juridicamente, rurais. Apenas casos pontuais diferem dessa situação, com a grande maioria dos novos *campi* situando-se distante da malha urbana adensada, por vezes no limite do perímetro urbano ou até mesmo externos a ele, conforme pode ser visto nas Figuras 4 a 8.

Dentre as várias razões que ajudam a explicar essa localização periférica, a principal está associada à origem das terras ocupadas pelos *campi*. Exceção dos *campi* que passaram a ocupar edificações existentes, já inseridas na malha urbana adensada, os terrenos tinham origem estatal, cedidos por um dos três entes federativos, ou foram doados por particulares, normalmente por membros da elite política ou econômica local. Pela necessidade de lotes de grandes dimensões para viabilizar o funcionamento de um *campus* e todas as suas instalações acadêmicas, tanto a cessão estatal quanto a doação particular foram feitas a partir da disponibilidade de terrenos periféricos, vazios ou subutilizados.

A distância entre os *campi* e Igreja Matriz do município em que está localizado dá uma dimensão do trajeto percorrido cotidianamente por estudantes, servidores e outras pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica destas instituições. Essa mobilidade ocorre de maneira muitas vezes precarizada ou em condições inadequadas por conta da inexistência de sistema de transporte público em quase todas estas cidades. O Quadro 1 traz dados sobre a distância para os novos *campi* do IFCE construídos no ciclo de expansão do ensino federal em cidades não-metropolitanas. Pela leitura dos dados apresentados, observa-se que – excluindo-se municípios de pequeno porte – o que se tem é uma distância de mais de 3 quilômetros, chegando até 5,7 quilômetros, em Boa Viagem, condição que pode ser visualizada na Figura 6. O mesmo fenômeno pode ser observado nos novos *campi* da UFC, instalados em Quixadá, Russas e Crateús, todas estas com *campus* localizado em vias ou rodovias de fluxo intenso e distantes do centro da cidade.

Exatamente pela localização periférica dos novos *campi* de universidades e institutos federais, surge uma maior demanda por mobilidade urbana associada a um novo público até então ausente nestes municípios. Em Quixadá, por exemplo, mais de 2000 alunos estão matriculados atualmente na UFC e do IFCE, dos quais mais de 80% residem na própria cidade ou em municípios fora da microrregião, o que indica grupo de usuários que demandam alguma forma de mobilidade urbana para diariamente se deslocar para os *campi*<sup>9</sup>. Tais instalações, que se tornam-se espécies de polos geradores de tráfego, encontram-se distantes da malha urbana adensada. No caso de Quixadá, os *campi* da UFC e do IFCE, praticamente vizinhos, distam 5,2 quilômetros da igreja matriz localizada no centro da cidade, em trecho acessível apenas por rodovia. Em Crateús, o *campus* do IFCE é mais central, distante 2,5 quilômetros da Igreja Matriz daquela cidade. Já o *campus* da UFC fica em trecho periférico e distante 3,8 quilômetros da região central, em trecho acessível apenas por rodovia.

Somadas a essas distâncias, o problema da mobilidade é agravado pelas condições de acessibilidade e da inexistência de sistema público de transporte. Assim, servidores e alunos, além de outros usuários eventuais, passam a utilizar as opções disponíveis nestas cidades para poder se locomover até a UFC e o IFCE. Táxis, moto-táxis, bicicletas, caronas ou deslocamentos a pé

são algumas das formas encontradas para realizar a mobilidade até os *campi*. transporte de alunos, entre a área central e os *campi*, é previsto – via de regra – em convênio entre as prefeituras e os municípios, mas isso não funciona de maneira adequada, havendo recorrentes manifestações estudantis para garantia desse serviço e ainda pressão das administrações municipais em romper tal compromisso. Resta como opção as próprias instituições de ensino ofertarem seus veículos para minimizar os efeitos do problema de mobilidade.

Observa-se ainda uma flexibilização da legislação urbanística associada à implantação desses novos *campi*. E isso ocorre tanto no sentido de alteração ou desobediência ao zoneamento quanto na ampliação do perímetro urbano legal. Quanto a esse último aspecto, cabe destacar a implantação dos *campi* da UFC e do IFCE em Quixadá. Localizados em terreno pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), vizinho ao Açude do Cedro, os dois *campi* foram implantados em 2008, com obras de ampliação que se estenderam até recentemente. Pelo zoneamento aprovado com o Plano Diretor de 2000, ainda não revisto, as duas áreas encontravam-se fora do perímetro urbano, sendo consideradas como zona rural. Em 2012, foi aprovada uma nova Lei do Perímetro Urbano, que passou a englobar o setor no qual foram implantados aqueles complexos educacionais, conforme mostrado na Figura 4.

**Quadro 1.** Distância da igreja matriz para o *campus* do IFCE (Fonte: elaborado pelo autor).

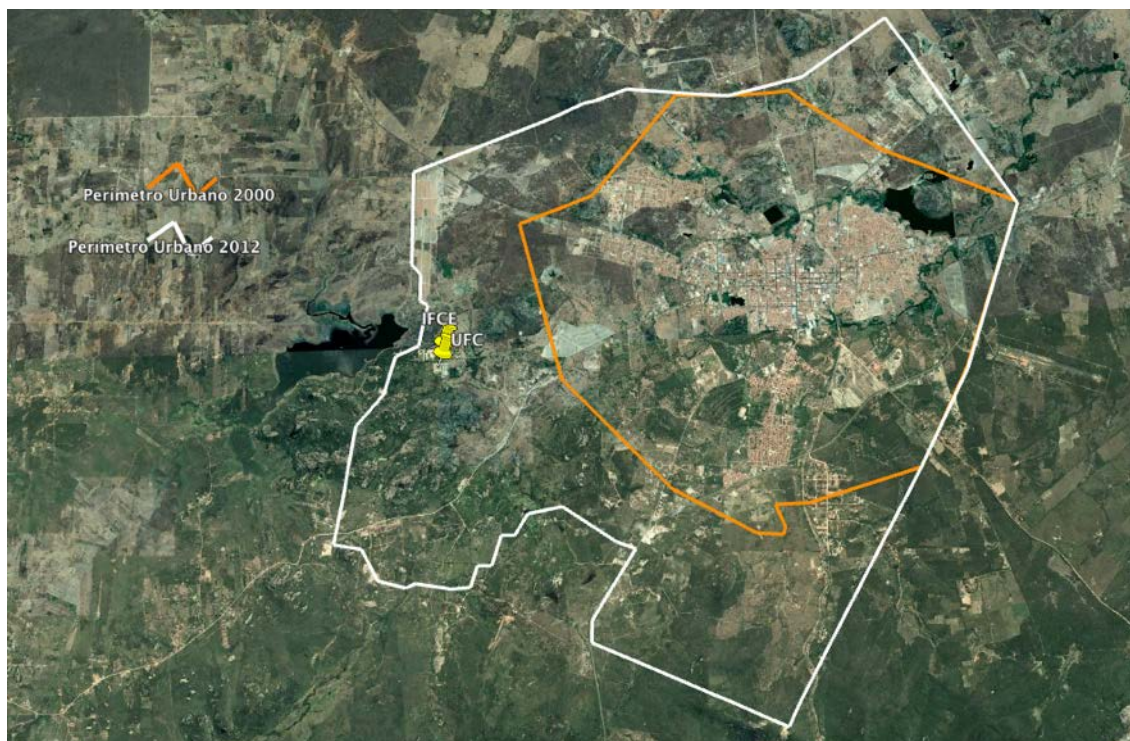
<i>campus</i> / município	distância até o centro da cidade (em metros)
Acaraú	1700
Acopiara	1800
Aracati	4500
Baturité	3000
Boa viagem	5700
Camocim	3000
Canindé	5300
Crateús	3000
Guaramiranga	600
Itapipoca	2300
Jaguaribe	2200
Jaguaruana	700
Limoeiro do Norte	550
Mombaça	5600
Morada nova	2200
Paracuru	4200
Quixadá	5200
Sobral	2000
Tabuleiro do Norte	2400
Tauá	850
Tianguá	2600
Ubajara	1500

#### 4.2 Dinamização do setor imobiliário local

Como processo decorrente da dinamização econômica, resultado do ciclo de expansão do ensino federal, também ocorre a dinamização do mercado imobiliário local. Os estudos empíricos evidenciam dois principais processos: a implantação de loteamentos e condomínios residenciais e a construção de edificações para venda, mas sobretudo, para locação. Quanto ao incremento do mercado de locação residencial, isto está associado diretamente ao público que passar a frequentar as cidades a partir da instalação dos novos *campi*. Excluindo aqueles grupos de servidores e alunos que vão realizar movimentos pendulares diários e aqueles que já residiam na própria cidade, o restante de usuários permanentes vão demandar locais de moradia. Passa a surgir uma maior procura por casas e apartamentos para locação, sobretudo nas áreas centrais, que também presencia o aumento da demanda em hotéis e pousadas.

Percebendo esse aumento da demanda por imóveis para locação, empresários locais, donos de pequenos capitais e mesmo moradores que possuem imóvel próprio passam a investir na construção de imóveis verticalizados de até quatro pavimentos, composto por pequenos e médios apartamentos, de no máximo dois quartos, voltados para estudantes que vão constituir as chamadas repúblicas. Cabe destacar que em algumas das cidades analisadas, não havia legislação urbanística que contemplasse essa tipologia habitacional. Na paisagem urbana das cidades cearenses não-metropolitanas que receberam *campus* federal, esta tipologia de edificação está bastante presente, notadamente em trechos centrais ou próximo de eixos viários importantes das cidades, conforme visto na Figura 9. Ao mesmo tempo que alavancou o mercado imobiliário, a chegada desse novo público acentuou a procura por moradias e fez com que os preços dos aluguéis superassem os índices inflacionários, segundo relatos de agentes atuantes no setor imobiliário.

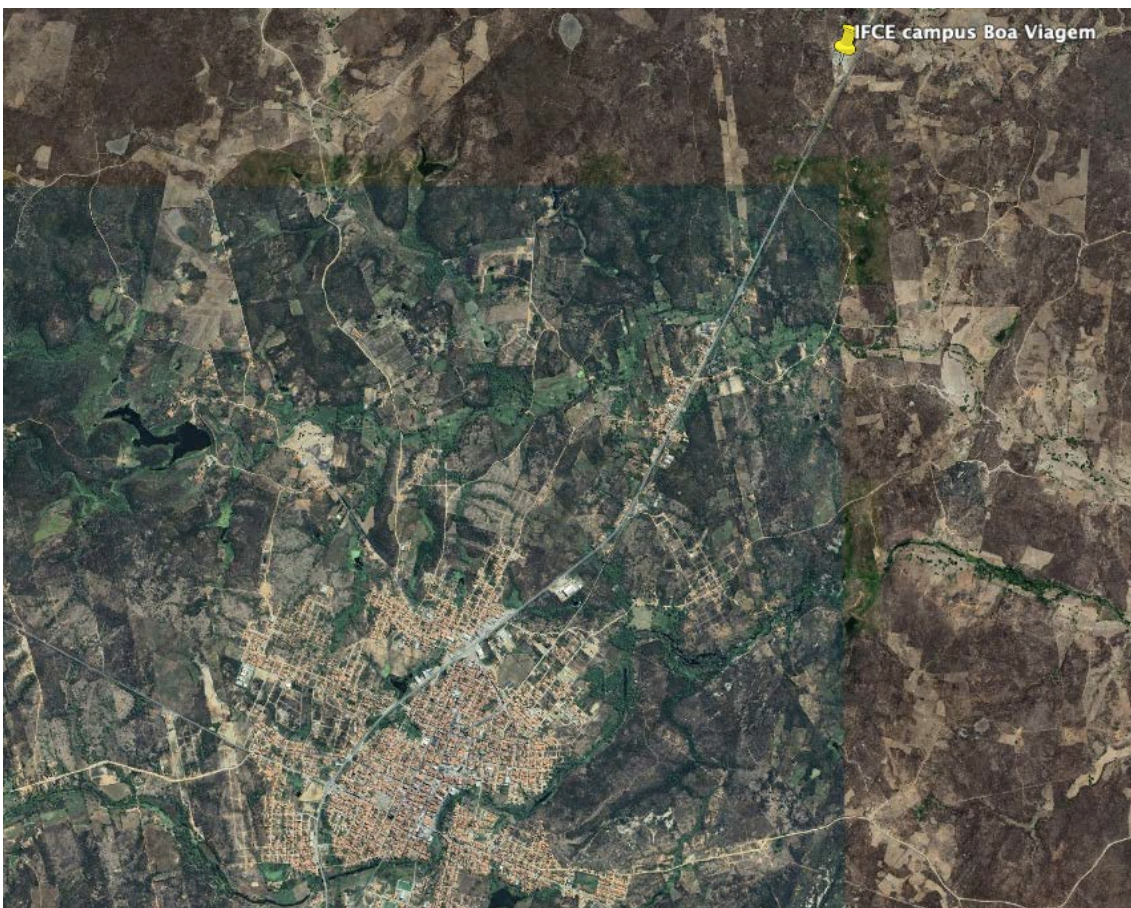
Ainda que de maneira menos significativa quanto aos prédios apartamentos, ampliou-se a procura por terrenos. Associado à elevação do crédito imobiliário residencial no mesmo período em que se deu a expansão do ensino federal, observa-se a implantação de novos loteamentos. Parte dos lotes vão ser comercializados para servidores das instituições federais de ensino, tanto para moradia quanto para investimento. Mas há outra conexão importante entre o mercado imobiliário e a instalação da universidade e do instituto. O próprio *campus* passa a funcionar como vetor de valorização imobiliária das terras no seu entorno. As localizações daqueles empreendimentos em áreas distantes da malha urbana efetivamente adensada, em certos casos transformando áreas rurais em urbanas, contribui a ocorrência de uma urbanização dispersa, que gera grandes vazios urbanos e contribuem para a especulação imobiliária. Caracteriza tal processo a existência de grandes glebas desocupadas situadas entre o centro concentrador da malha e da infraestrutura urbana e da riqueza e a periferia. Decorre uma retenção especulativa de terras que beneficia os proprietários imobiliários, que se apropriam dos investimentos públicos que passam a se direcionar aos setores ocupados pelos novos complexos educacionais.



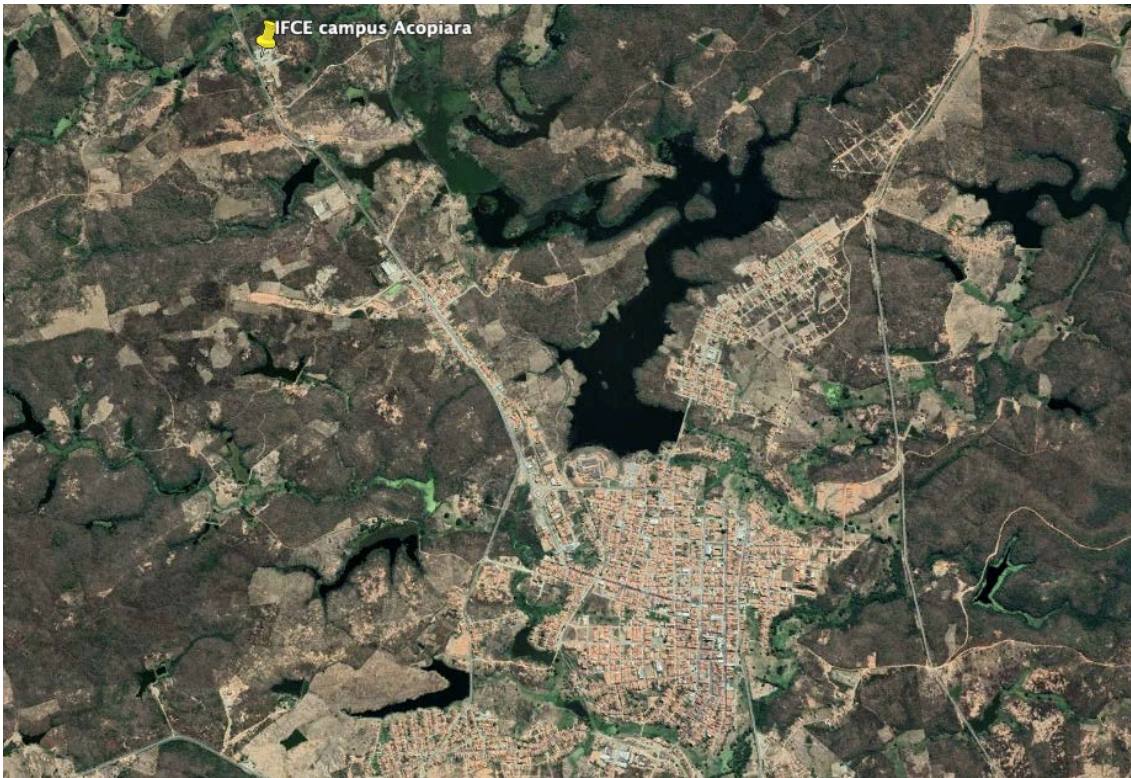
**Figura 4.** Perímetro urbano de Quixadá nos anos de 2000 e 2012 e localização dos *campi* da UFC e do IFCE (Fonte: elaborado pelo autor, a partir de foto aérea do Google Earth).



**Figura 5.** Localização do IFCE *campus* de Canindé em relação ao centro da cidade (Fonte: elaborado pelo autor, a partir de foto aérea do Google Earth).



**Figura 6.** Localização do IFCE *campus* de Boa Viagem em relação ao centro da cidade (Fonte: elaborado pelo autor, a partir de foto aérea do Google Earth).



**Figura 7.** Localização do IFCE *campus* de Acopiara em relação ao centro da cidade (Fonte: elaborado pelo autor, a partir de foto aérea do Google Earth).



**Figura 8.** Empreendimentos imobiliários no entorno do *campus* da UFC em Crateús (Fonte: elaborado pelo autor a partir de foto aérea do Google Earth).



**Figura 9.** Imóveis verticalizados construídos no centro de Quixadá e voltados para locação (Fonte: acervo do autor).

## 5. Algumas considerações finais

O ciclo de expansão do ensino federal teve significativos impactos na educação em si, a partir da interiorização e democratização da educação superior, técnica e tecnológica. A implantação de novos complexos educacionais também está associada a mudanças e transformações no espaço intraurbano das cidades que receberam algum *campus* de universidade federal ou instituto federal. Esse processo acarretou impactos urbanos que são mais intensamente observados em cidades não-metropolitanas, de pequeno e médio porte, como tem sido ocorrido no Ceará. Dentre os impactos urbanos observados, destacamos neste trabalho as alterações na legislação urbanística, os conflitos fundiários e o incremento da demanda por mobilidade urbana decorrentes da implantação periférica dos novos *campi*; e o incremento ou a dinamização do setor imobiliário local por meio da procura por terrenos em loteamentos ou condomínios e por imóveis residenciais para locação.

O olhar em retrospectiva para o ciclo de expansão do ensino federal pode contribuir na análise e na avaliação de políticas educacionais sob diferentes aspectos, em especial, no planejamento e na gestão urbanos que devem ser incorporados como elementos definidores do desenho de políticas que tem impacto direto sobre o território. Este trabalho buscou contribuir nesse debate inserindo o componente territorial, na medida em que se constata uma relativa carência de estudos sobre os impactos que a interiorização do ensino federal causou nas cidades, e mesmo nas regiões, alvos destas ações. Cabe apontar que o olhar sobre esse ciclo de expansão deve buscar convergências entre as dimensões educacional e territorial, até porque algumas críticas feitas sobre aquele primeiro aspecto ajudam a explicar as questões atreladas ao segundo. Parte das questões discutidas neste texto estão associadas diretamente ao desenho da política educacional que fundamentou o processo de interiorização, implementada numa necessária, mas por vezes rápida e desordenada, expansão. É preciso investigar o papel que as universidades e os institutos federais passaram a apresentar frente a economia e a sociedade em cidades de pequeno e médio portes como resultado da interiorização do ensino federal, ainda mais em um contexto onde a conjuntura política e social de retorno do Partido dos Trabalhadores ao executivo federal indica a tendência de retomada dessa política.

## 6. Referências

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília, 2011.



BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análises Sobre o Processo de Instalação de Novos Campi Universitários. **Espaço Aberto**, v. 5, n. 1, 73-93, 2015. doi:<https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2015.2525>

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. **Dinâmicas urbanas e regionais em cidades médias após a instalação de universidades públicas**. In: XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território, 2012, Belo Horizonte.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: 2007.

BRASIL. Lei Federal 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. Lei Federal 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Prestação de Contas Ordinária Anual: relatório de gestão 2010**. Brasília-DF, 2011.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 - 2014**. Ministério da Educação, Secretaria do Ensino Superior. Brasília, 2014.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; PERDIGÃO, Claudia. Instituição de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n. 44, 2015. DOI:10.5752/P.2318-2962.2014v24nespp1.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão IPEA, n. 1950**. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

FAVERI, Dinorá Baldo de; PETTERINI, Francis Carlo; BARBOSA, Marcelo Ponte. Uma avaliação dos impactos de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 50. v. 1. jan.-jun 2018, p. 125-147.

FERREIRA, Sandra Lúcia; ANDRADE, Andrea de; DE SOUZA, Fernanda Evelin Camarço. n. 2 - Reflexões sobre a expansão dos Institutos Federais no estado de São Paulo. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, 2018. <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v12i0.56622>.

GONÇALVES, Oldair Luiz. Interiorização e internalização das externalidades: um estudo sobre a implantação do campus Guarapari do Instituto Federal do Espírito Santo. **Revista Ifes Ciência**, v. 4, n. 1, p. 76-92, 2018. DOI: 10.36524/ric.v4i1.328.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia**, n. 9, 2016. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2434>

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de; FREIRE, Heronilson Pinto. As Universidades Públicas Estaduais Brasileiras: Apontamentos Sobre sua Relevância. **International Journal of Recent Scientific Research**. v. 12, n. 1, p. 40552-40557, 2021. <http://dx.doi.org/10.24327/ijrsr.2021.1201.5718>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000 - Dados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://censo2000.ibge.gov.br>>, acesso em: 04 dez. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 - dados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>, acesso em: 04 dez. 2022.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2017.

MÁXIMO, Rérisson. **Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do Ensino Federal em cidades não metropolitanas no Ceará**. In: [MACIEL, Caio Augusto Amorim; PONTES, Emílio Tarlis Mendes; VASCONCELOS, Priscila Batista]. Trajetos e Trajetórias: percursos e confluências em geografia cultural. Sobral-CE: SertãoCult, 2021, p. 35-60.

MEDINA, Mara Bastos. **As estratégias de implantação física de universidades federais no Brasil: um estudo comparativo entre dois períodos de expansão 1960-1970 e 2000-2010**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MOTA SOBRINHO, Alessandro. **Os limites e as possibilidades do Programa Reuni: um estudo de caso da experiência da UFT**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Palmas, 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, v. 24, número especial 1, 2014.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 30, p. 71-88, 2010.

PAULA, Karine de Almeida; FARIA, Teresa Cristina de Almeida. Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e seus impactos no espaço urbano: um estudo de caso a partir da cidade de Viçosa-MG. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, e20190089, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190089>

PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. Cidade, universidade e percepções docentes no contexto da expansão interiorizada do ensino superior público no Estado do Ceará. **Revista INTERthesis**, v. 15, n. 2, p. 38-54, 2018. <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2018v15n2p38>

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. 2021. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.48.2021.tde-11012022-103758.

SILVA NETO, José Tavares da; PASSOS, Guiomar de Oliveira. Análise da implementação dos institutos federais de educação no Piauí: escolha de municípios e cursos. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 1, p. 75-95, 2015.

SILVA, Jesué Graciliano da; SILVA, Frederico Fonseca da. A espacialização da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no estado do Paraná. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 23, n. 1, p. 7-26, 2018.

SOARES, Rafael Santiago; LOBO, Carlos; MENESES, Isabela Lopes. Redes de pendularidade estudantil dos polos sub-regionais do interior de Minas Gerais. **GeoTextos**, v. 17, n. 1, 2021. DOI: 10.9771/geo.v17i1.42359.

SOUZA, Donizeti Leandro de; CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de; FERRUGINI, Lílian; MEDEIROS, Natália Carolina Duarte de Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: como esses construtos se relacionam? **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 89, p. 75-87, 2014.

STROPARO, Edécio José; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Interiorização da educação universitária paranaense: política de expansão ou real submissão aos desígnios do capital internacional? **Cadernos de História da Educação**, v.16, n.2, p. 387-407, 2017. DOI: 10.14393/che-v16n2-2017-5.

TCU. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria. TC 026.062/2011-9. Brasília-DF, 2012.

---

<sup>1</sup> Esses dados, ao mesmo tempo que mostram uma recente curva ascendente do percentual de brasileiros com diploma universitário, também revelam sua reduzida ordem de grandeza quando comparado com o universo da população nacional. Dados publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) referentes ao ano de 2009 apontam que apenas onze de cada centena de brasileiros entre 25 e 64 anos possuíam ensino superior completo, ao passo que nos países membros daquela organização este número seria, em média, de 31%. Dados de 2021, indicam que 21% dos jovens brasileiros, entre 25 e 34 anos, possuíam diploma de ensino superior.

<sup>2</sup> Até 2003, os campi de universidades federais haviam sido implantados, em sua maioria, em capitais, regiões metropolitanas e centros regionais. Já os campi de escolas técnicas federais estavam presentes em uma maior diversidade de categorias de cidades, inclusive em municípios de pequeno e médio porte, como ocorreu com as escolas agrotécnicas.

<sup>3</sup> Dados obtidos a partir do módulo público do painel de indicadores do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação.

<sup>4</sup> O Reuni não foi uma política dissociada das reformas educacionais em curso e objetivava atender ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 que, dentre outras metas, buscava expandir o atendimento das vagas no setor público de forma a atingir o patamar mínimo de 40%.

<sup>5</sup> Dados coletados junto a alguns campi da UFC em cidades não-metropolitanas apontam uma inversão no movimento interior-capital por parte dos estudantes do ensino superior federal.

<sup>6</sup> Dados obtidos a partir do módulo público do painel de indicadores do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) do Ministério da Educação.

<sup>7</sup> O novo Plano Nacional de Educação referente ao decênio 2011-2020, previsto para ser aprovado em 2011 e que substituiria o anterior, começou a vigorar apenas em 2014.

<sup>8</sup> Apesar de não trazer aqui todos os efeitos que estão associados a implantação de novos campi de UFs e de IFs, optou-se pela seleção daqueles que puderam ser observados empiricamente, representando assim uma leitura inicial de forma a contribuir no debate sobre este tema.

<sup>9</sup> Para alunos de cidades mais próximas, sobretudo da microrregião onde se localiza Quixadá, há oferta de transporte estudantil por parte das prefeituras municipais, o que sugere que grande parte dos alunos que moram nestas cidades fazem o movimento pendular diário utilizando esses transportes, havendo um menor impacto na demanda por mobilidade urbana.